Eixo Capital



SUZANO ALMEIDA
suzanoalmeida2@gmail.com



PATRICK SELVATTI
patrickselvatti@gmail.com

INTERINOS

Em defesa da inovação

Lançada em maio pela Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra), a 21ª edição da Agenda Legislativa da Indústria do DF é um documento de 80 páginas que traz o posicionamento do setor em relação a 22 proposições que tramitam na Câmara Legislativa. Uma delas, de autoria do Poder Executivo, trata da redução dos recursos destinados à Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP-DF), na Lei Orgânica, de 2% para 0,3% a dotação mínima da receita corrente líquida do Distrito Federal transferida ao órgão. Para os empresários industriais, essa redução "é inaceitável diante da urgência do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação".
Já o PLC 22/2019, de autoria da ex-distrital Arlete Sampaio (PT-DF), que propõe modificar a Lei Complementar nº 153/1998 — que criou o Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (Fundap) — para garantir que os saldos orçamentários não utilizados ao término de cada exercício financeiro retornem para o montante da FAP, é uma proposição vista como "meritória por permitir a preservação dos recursos destinados, ampliando a capacidade de apoio a projetos de interesse do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Distrito Federal".

A farra das placas

O GDF quer acabar com a farra de nomes de servidores em placas de inauguração de obras do governo, apesar de um decreto publicado no Diário Oficial normatizar as informações. Entre os casos mais acintosos, está a placa de inauguração de uma escola em São Sebastião. Nela, foi omitido o nome do próprio governador Ibaneis Rocha. Outro bom exemplo aconteceu na inauguração do Túnel de Taguatinga, o Rei Pelé, cujas placas têm nome de gente que não deveria estar lá. Não é melhor revogar o decreto?

Gafe de Robério

O deputado distrital Robério Negreiros (PSD) cometeu uma gafe nas redes sociais. O parlamentar, líder do governo, ao se referir a José Humberto — secretário de Governo — o creditou como secretário de Obras. O erro foi corrigido em seguida, trazendo "Pezão", como Zé Humberto é conhecido, de volta ao seu cargo.

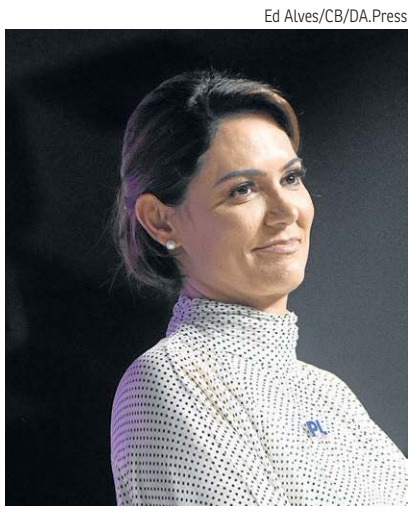
Renato Alves/Agência Brasília



Quem será o par de Ibaneis?

O lançamento do nome da vice-governadora Celina Leão (PP) para o Palácio do Buriti, pelo próprio governador Ibaneis Rocha (MDB), a três anos e meio das eleições, mexeu com o arco de alianças do chefe do Executivo. O desenho que se encaminha, caso se confirme a candidatura de Celina ao governo, mostraria o governador pleiteando uma vaga ao Senado. A questão é que, em 2026, serão duas vagas para o Senado. Com isso, políticos dos arredores de Ibaneis já se movimentam para tentar cortejar o emedebista e formar par com ele.

Ed Alves/CB/DA.Press



Michelle, aqui?

Majoritariamente bolsonarista nas últimas eleições, o Distrito Federal pode ter Michelle Bolsonaro (PL) como candidata. A ideia circula nas rodas de conversa, inclusive, na Câmara Legislativa. A esposa do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) é opção da legenda para ser candidata à Presidência da República, mas enfrenta uma ala mais conservadora dentro da sigla, que prefere um nome masculino. Jair é considerado carta fora do baralho, caso se confirme hoje a cassação de seus direitos políticos, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por abuso de poder político e de comunicação durante a reunião com embaixadores para colocar em dúvida a lisura das eleições no Brasil.

Divulgação



Lançamentos de livros no STJ

A ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Regina Helena Costa lançou, ontem, o livro *Código Tributário Nacional Comentado — Em Sua Moldura Constitucional*. Professora de Direito Tributário da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) há mais de três décadas, a magistrada apresenta uma interpretação didática e crítica da disciplina contida na Constituição Federal. O evento reuniu autoridades no Espaço Cultural do STJ. Hoje, às 18h30, é a vez do livro *Direito Federal Brasileiro*, obra em homenagem aos 15 anos da posse dos ministros Og Fernandes, Luis Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques no STJ. O lançamento ocorre no Salão de Recepções. A publicação reúne artigos assinados por 65 juristas, entre eles ministros do STJ e do Supremo Tribunal Federal (STF). Em destaque, o livro mostra o papel do STJ em uniformizar a aplicação das mais de 30 mil normas federais que compõem o ordenamento jurídico brasileiro.

Instagram



Educador empenhado

Mesmo sem mandato, o ex-deputado federal Professor Israel Batista (PSB-DF) segue empenhado nas causas relacionadas à educação. Há poucos dias, ele acompanhou pessoalmente a entrega do plano de trabalho da Frente de Educação ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, destacando atenção especial ao projeto de lei do qual é autor, que estabelece a Política de Bem-estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação. O PL 1.540/21 foi aprovado, em abril, pela Comissão de Educação do Senado e ainda tramita na Casa. O ex-parlamentar brasiliense também esteve, recentemente, em uma reunião com o vice-presidente Geraldo Alckmin, ao lado da ativista Priscila Cruz, do Todos para a Educação, para tratar da carreira Magistério, do novo ensino médio e de ensino profissionalizante mais antenado com o futuro.

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

CONCESSÃO / Projeto de Lei que autoriza a transferência de gestão da Rodoviária do Plano Piloto e da Galeria dos Estados para a iniciativa privada tramita na CLDF e causa apreensão aos permissionários que utilizam os espaços públicos

Privatização preocupa lojistas

» NAUM GILÓ

Na próxima segunda-feira, a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) vai promover audiência pública para debater o Projeto de Lei (PL) 2.260/2021, que prevê a concessão da Rodoviária do Plano Piloto para a iniciativa privada. De autoria do próprio Governo do Distrito Federal (GDF), a proposição autoriza o Poder Executivo a conceder ao setor privado a prestação do serviço público, precedida de obra para reforma, ampliação, gestão, operação e exploração do local. A pauta abrange a Galeria dos Estados.

No texto, o secretário de Transporte e Mobilidade (Semob), Valter Casimiro Oliveira, a Rodoviária do Plano Piloto é apontada como uma "área cinzenta", sem definição clara de quais são os órgãos responsáveis pela gestão, administração, operação, manutenção, conservação e fiscalização do local. No modelo atual, a Semob é o órgão gestor, a Administração da Rodoviária é de competência da Secretaria de Governo e a Novacap faz o planejamento, a execução e a fiscalização de obras e serviços de engenharia. Outros 11 órgãos integram um comitê com atribuições diversas dentro do complexo.

Conforme é argumentado no PL, a concessão viabiliza as melhorias da infraestrutura e da prestação de serviço de transporte. A proposta não tem previsão de impacto orçamentário no erário público.

Marcello Casal JrAgência Brasil



Para o GDF, a Rodoviária do Plano Piloto é uma "área cinzenta", sem definição dos órgãos responsáveis

Ocupação

O projeto, no entanto, desperta a preocupação de lojistas instalados, principalmente em relação à taxa de ocupação pagas por eles mensalmente para adquirir o direito de uso dos pontos. Maria de Jesus Miranda, que representa os 149 permissionários da Rodoviária do Plano Piloto, cobra mais diálogo do governo com a categoria e com os demais usuários do terminal.

"O principal objetivo da iniciativa privada é o lucro. Nossa preocupação é que, no arremate final da concessão, a conta seja paga pelos usuários, que são de faixas mais baixas de renda", avalia a presidente da Associação dos Usuários e Pioneiros da Rodoviária. "A depender do projeto, conversando com todos os segmentos interessados, podemos apoiá-lo. Mas é papel do Poder Público proteger os menos favorecidos", acrescenta Maria de Jesus.

Para o presidente da Associação de Lojistas da Galeria dos Estados, Laercio Moura Júnior, o aumento da taxa de ocupação também é um dos principais temores. O lojista lembra que, recentemente, o local passou por reformas.

"Os elevadores, os banheiros e as lojas funcionam todos muito bem. Por que privatizar? Não consigo entender a inclusão da Galeria dos Estados no projeto", questiona Laercio, que também destaca os frequentes eventos culturais que ocorrem na Praça dos Estados, que também foi um dos equipamentos entregues pelo GDF após a reforma, concluída em 2020, com investimentos totalizados em R$ 5 milhões.

Rafael Reis, coordenador-geral do Instituto No Setor, que promove projetos culturais na região da Galeria dos Estados, cobra mais esclarecimentos do GDF quanto ao impacto da concessão na vida dos usuários do espaço. "A relação dos pequenos, médios e grandes produtores culturais se dá com o Estado. Quando passamos a gestão do local para a iniciativa privada, essa relação se dá em outros termos. A preocupação do Instituto é que todo mundo possa fazer o uso daquele espaço, não só os grandes produtores. A Galeria dos Estados, hoje, é utilizada por pessoas de todas as regiões do DF, das mais diversas faixas de renda", observa.

Órgãos fiscalizadores

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDFT) informou ao **Correio** que, em outubro do ano passado, concedeu o prazo de 30 dias para que a Semob se manifestasse acerca do projeto. Entre os pontos que deveriam ser esclarecidos estão questões relacionadas à exploração dos estacionamentos, regularização das ocupações dos espaços comerciais dos boxes e lojas e a necessidade de aprovação de lei distrital que autorize e fixe os termos da concessão de serviço público, objetivando a gestão do complexo da Rodoviária do Plano Piloto, da Galeria dos Estados e áreas adjacentes.

De acordo com o tribunal, a Semob prestou esclarecimentos recentemente. A manifestação já foi analisada pelo corpo técnico do TCDFT. Agora, o processo segue para o gabinete da conselheira relatora para elaboração de relatório/voto e posterior deliberação. Esses apontamentos já haviam sido feitos pela Corte de Contas em novembro de 2021.

Procurado pela reportagem, o Ministério Público do DF (MPDFT) declarou que não se pronuncia sobre projetos nesta fase de tramitação, porque ainda pode haver mudanças, e que, caso aprovado, pode apontar alguma eventual inconstitucionalidade da proposição.

GDF

A Secretaria de Transporte e Mobilidade explicou ao **Correio** que está aguardando a liberação do projeto pelo TCDFT para dar andamento ao processo de concessão. A pasta esclarece que estão previstas obras e serviços que vão melhorar a mobilidade de passageiros e os ônibus do local, além de revitalizar a plataforma superior para os pedestres, com maior segurança e conforto para todos os que circulam na área central de Brasília.